



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

SALÁRIO DE PROFESSOR Estado diz que paga piso, mas vai somar os abonos

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 11/5/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 11/5/11
Assunto: Salário de professor – Estado diz que paga piso, mas vai somar os abonos		Página: 25

SALÁRIO DE PROFESSOR

Estado diz que paga piso, mas vai somar os abonos

Decisão desagrada sindicato, que defende o piso como salário base e não como remuneração total, e quer valor reajustado

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Para o governo do Estado, a questão está resolvida: vai pagar o piso nacional, de R\$ 1.187, para os 8.880 professores que recebem abaixo desta quantia, já na folha de maio. Mas para chegar neste valor, somará gratificações ao salário base como faz hoje (veja quadro ao lado).

Para o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), o governo continua descumprindo a Lei Nacional do Piso que é bem clara: o valor de R\$ 1.187 deve ser o salário base. E o Sinte ainda quer um reajuste, que elevaria o piso para R\$ 1.597,87.

Desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a lei constitucional, em abril – derrubando uma ação assinada por SC e mais quatro estados que contestava a sua validade – o governo tem sido pressionado a pagar o piso. Os trabalhadores deram até hoje como prazo para que uma proposta fosse apresentada. Ela será discutida pelos professores, hoje, em assembleia estadual que acontecerá em Florianópolis.

A justificativa do secretário de Educação, Marco Tebaldi, para continuar considerando piso o total da remuneração e não como salário base, foi de que o governo aguarda a publicação da decisão do STF.

– Estamos sem os detalhes da decisão e não sabemos de que maneira proceder daqui para frente. Também nos falta uma análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado – argumentou.

De acordo com a assessoria do STF, a publicação não tem prazo para acontecer, porque é preciso transcrever o relato de cada ministro durante o julgamento. Além disso, o relator tem que revisar o texto e depois cada ministro precisa ler e assinar, caso es-

teja tudo de acordo.

A coordenadora geral do Sinte, Alvetete Bedin, reafirmou que a categoria não abre mão da implantação imediata do piso e no valor que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) calculou ser o correto, de R\$ 1.597,87 (incluído um reajuste de 2009 que não teria sido concedido até agora). Alvetete adiantou que com essa proposta do governo, o indicativo de greve deve ser votado hoje. Para ela, a lei é bastante clara

e não deixa dúvidas de que piso é o vencimento inicial e não o total da remuneração. A coordenadora ainda argumentou que, de acordo com a análise jurídica feita pela CNTE, não é preciso o acórdão ser publicado para fazer valer a lei.

O vice-presidente da OAB, Márcio Vicari, entende que Sinte e Governo estão corretos. A decisão do STF não pode ser mudada, portanto SC vai precisar cumprir a lei nacional do piso. Por outro lado, a publicação do

acórdão dá ao Estado detalhes, para que ele cumpra a decisão. A única espécie de recurso válida é o chamado embargo declaratório:

– O Estado pode alegar que algum ponto ficou obscuro ou incompleto, pedindo ao relator esclarecimentos sobre a decisão – explicou.

O aumento da remuneração para os 8.881 professores vai gerar R\$ 15 milhões a mais por ano.

julia.antunes@diario.com.br



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 11/5/11
Assunto: Salário de professor – Estado diz que paga piso, mas vai somar os abonos		Página: 25

A Polêmica

BRIGA DOS ESTADOS

- **Além de Santa Catarina, Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul**, entraram, em julho de 2008, com uma ação, questionando a constitucionalidade da lei que passou para R\$ 1.187 o piso nacional do magistério para o ensino básico.
- **Os quatro** estados ganharam uma decisão temporária do STF, que determinou que o piso poderia ser toda a remuneração e não apenas o salário base. Mas a liminar foi derrubada.

A SITUAÇÃO DE CADA UM

- **Paraná** - Segundo o sindicato dos professores, uma negociação, em abril, entre o Fórum de Entidades Sindicais e o governo, instituiu um ajuste de 6,5% no salário dos professores para o fim de maio. A meta é aumentar mais 3%, para

que a renda dos professores paranaenses se iguale ao piso nacional.

- **Mato Grosso do Sul** – O sindicato dos professores não quis se manifestar sobre o assunto.
- **Rio Grande do Sul** – A organização sindical afirmou que tenta negociações de aumento no salário desde o início do mandato do atual governador. Agora, a reivindicação é a adoção imediata do piso nacional.
- **Ceará** - O secretário de formação sindical, Nagib Melo, disse que está previsto para o dia 30 de maio, um encontro entre o sindicato e os representantes do setor para discutir o salário dos professores. Para o dia 6 de junho, está marcada uma audiência da categoria com o governador do Estado. O objetivo do sindicato é chegar à aprovação do piso salarial nacional.

Quanto se ganha hoje em SC

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO			DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO		
Professor efetivo de 1º a 4º ano			Professor efetivo de 6º ano ao 9º ano do ensino fundamental e ensino médio		
Carga-horária	Habilitação		Carga-horária	Habilitação	
40 horas semanais	Nível Médio		40 horas semanais	Licenciatura Plena	
Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	Descrição	Quantidade	Valor (R\$)
PROVENTOS			PROVENTOS		
Vencimento	30 dias	609,46	Vencimento	30 dias	993,20
Gratificação por regência de classe	40%	243,78	Gratificação por regência de classe	25%	248,30
Auxílio alimentação	-	132,00	Auxílio alimentação	-	132,00
Prêmio Educar	100%	200,00	Prêmio Educar	100%	200,00
DESCONTOS			DESCONTOS		
Contribuição IPREV	11%	115,85	Contribuição IPREV	11%	158,56
Total de proventos (R\$)		1.185,24	Total de proventos (R\$)		1.573,50
	LÍQUIDO (R\$)	1.069,39		LÍQUIDO (R\$)	1.282,94

Dados fornecidos por Tânia Adelaide de Carvalho Fogaça, Secretária de Organização e Interior do Sinte Estadual.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	-	Data: 11/5/11
Assunto: Salário de professor – Estado diz que paga piso, mas vai somar os abonos			Página: 25

Greve não está descartada

Está marcado para hoje o Dia de Mobilização Nacional pela Educação, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e, por isso, muitas escolas estaduais de Santa Catarina podem ter as aulas comprometidas.

A mobilização é um apelo para que todos os estados cumpram o piso nacional do professor. Trabalhadores de todas as regiões do Estado vão se reunir em Florianópolis, onde haverá uma assembleia, às 14h no CentroSul. Ele podem decidir por uma greve na rede estadual.

A coordenadora geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte), Alvet Bedin, espera a presença de cerca de 5 mil professores do interior do Estado.

– Fizemos um levantamento dos

ônibus que estão vindo para cá. Nem contamos os professores da Grande Florianópolis. Já consideramos essa a maior assembleia dos últimos 20 anos – ressaltou.

Oeste e Meio-Oeste deve ter a maior participação

Do Oeste e Meio-Oeste do Estado são esperados cerca de 2 mil professores. De acordo com o coordenador do Sinte da regional de Chapecó, Cléber Ceccon, somente do município partiram três ônibus, ontem à noite, e mais um do município vizinho de Coronel Freitas.

– Temos dois ônibus de Xanxerê, dois a três Maravilha, outros de São Miguel do Oeste e Curitibanos. O pessoal está bem motivado para esta

manifestação – calculou.

De Joinville e região, são esperados cerca de 300 profissionais. Segundo a coordenadora regional do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte/Joinville), Clarice Erhardt, pelo menos seis ônibus viajam na manhã de hoje para Florianópolis. De acordo com ela, a forte presença será importante na hora da votação.

– Não descartamos a hipótese de uma greve. A possibilidade de acontecer, se o governo não atender as nossas exigências, é grande – comentou Clarice.

Para os alunos não serem prejudicados, os professores que pararem deverão repor o conteúdo, conforme ficou acordado com a Secretaria de Estado da Educação.



Cleber e Alba, do Sinte de Chapecó, preparam faixas para manifestação



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.estado	Data: 11/05/2011
Assunto: Governo troca piso por abono		Página: 11

Salário do magistério

Governo troca piso por abono

Estado vai pagar R\$ 1.187 para parte da categoria, que ameaça fazer greve

O governo do Estado vai pagar o mesmo valor do piso nacional, de R\$ 1.187 – remuneração resultante da soma do salário base e gratificações – para os 8.880 professores de Santa Catarina que recebem abaixo dessa quantia hoje. O novo valor virá na folha de maio. A decisão desagradou o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte), que exige o novo valor do piso como salário base, sem a soma de abonos, conforme prevê a Lei Nacional do Piso.

Desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a lei constitucional, em abril – derrubando uma ação assinada por SC e mais quatro estados que contestavam a sua validade – o governo tem sido pressionado a pagar o piso para profissionais do ensino básico. Os trabalhadores deram até hoje como prazo para que uma proposta seja apresentada. Ela será discutida pelos professores, hoje, em assembleia estadual que ocorre em Florianópolis.

A justificativa do secretário de Educação, Marco Tebaldi, para continuar considerando o piso o total da remuneração e não como salário base, foi de que o governo aguarda a publicação do acórdão do STF, no “Diário Oficial de Justiça”. “Sem publica-

ção, ficamos sem os detalhes da decisão e não sabemos de que maneira proceder daqui para frente. Também nos falta uma análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado”, argumentou.

O aumento da remuneração para os 8.880 vai acarretar em R\$ 15 milhões de despesas a mais por ano. Nada muda para quem recebia a mais do que isso. A rede catarinense tem cerca de 63,7 mil professores entre ativos e inativos. O secretário ainda pediu calma à categoria, porque o governo está disposto a pagar o piso e só aguarda a divulgação do acórdão.

De acordo com a assessoria do STF, isso não tem prazo para acontecer, porque é preciso transcrever o relato de cada ministro durante o julgamento. Além disso, o rela-

tor tem de revisar o texto e depois cada ministro precisa ler, e assinar, caso esteja tudo de acordo.

Greve

A coordenadora-geral do Sinte, Alvet Bedin, reafirmou que a categoria não abre mão da implantação imediata do piso e precisa ser no valor que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) calculou ser o correto de R\$ 1.597,87 (incluindo aqui um reajuste de 2009 que não teria sido concedido até agora). Alvet adiantou que com essa proposta do governo, o indicativo de greve deve ser votado hoje.

Para a coordenadora-geral, a lei é bastante clara e não deixa dúvidas de que piso é o vencimento

inicial e não o total da remuneração. A coordenadora ainda argumentou que, de acordo com a análise jurídica feita pela CNTE, não é preciso o acórdão ser publicado para fazer valer a lei.

O vice-presidente da OAB, Márcio Vicari, esclareceu que Sinte e governo estão corretos. A decisão do STF não pode ser mudada, portanto Santa Catarina vai precisar cumprir a lei nacional do piso. Por outro lado, a publicação do acórdão dá ao Estado detalhes, para que ele cumpra a decisão. A única espécie de recurso válida é o chamado embargo declaratório.

“O Estado pode alegar que algum ponto ficou obscuro ou incompleto, pedindo ao relator esclarecimentos sobre a decisão”, explicou Vicari.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 11/05/2011
Assunto: Estado garante piso nacional		Página: 7

Estado garante piso nacional

Avanço salarial. Na véspera de paralisação estadual, governador anuncia aumento



EMANUELLE GOMES
emanuelle@noticiasdodia.com.br
 @Emanuelle_ND

Mobilização.
 Professores
 de colégio da
 Trindade se
 anteciparam à
 manifestação
 estadual que
 ocorre hoje

FLORIANÓPOLIS — O secretário estadual de educação, Marco Tebaldi, afirmou que a partir de maio nenhum servidor da Educação do Estado vai receber menos que o piso nacional de R\$ 1.187. Ele esteve em reunião na tarde de ontem com o governador Raimundo Colombo para decidir a situação dos professores, que se reúnem hoje ao movimento nacional pelo cumprimento do salário mínimo.

“O governador disse que Santa Catarina vai cumprir o piso, mas ainda depende da publicação da sentença do STF (Supremo Tribunal Federal) para entender as extensões da decisão”, disse Tebaldi, referindo-se ao acórdão que vai explicar se o piso pode ser cumprido como remuneração, salário inicial, abono ou qualquer outra diferenciação de nível salarial. “Enquanto não publicar o acórdão, o Estado não tem extensão do impacto financeiro. Mas, a partir de maio, todo professor que recebe menos que o piso de R\$1.187 vai passar a ter essa remuneração”, justifica.

Apesar de significar um passo importante na direção de acordo com a categoria, Tebaldi diz ainda que não vai comunicar a proposta à categoria. De acordo com ele, não há motivos para uma greve neste momento. “A secretaria sempre esteve aberta a discussões e uma greve agora só prejudicaria a população. Esperamos o bom senso do sindicato para uma solução”, conclui.

Intervenção
 judicial.
 Um salário único para
 todos os professores de
 redes estaduais é discutido
 desde 2009, e foi declarado
 constitucional pelo
 STF em 6 de abril
 passado



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 11/05/2011
Assunto: Estado garante piso nacional		Página: 7

Paralisação hoje no Estado

Todas as escolas estaduais de Santa Catarina serão paralisadas hoje para realização de assembleia geral de professores da rede pública. Na Capital, a reunião promete ser a maior dos últimos 20 anos, com expectativa de 5.000 professores concentrados no Centro Sul para exigir a implantação imediata do piso salarial nacional como rendimento, e não abono salarial. Consequentemente, discutir a possibilidade de greve.


Segundo Janete Jane da Silva, vice-coordenadora do Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), hoje os professores de início de carreira e magistério recebem R\$ 609,46. O novo piso foi aprovado em 2009, mas o governo – junto com outros cinco Estados – entrou com uma ação de inconstitucionalidade no STF. “O supremo julgou a lei constitucional no dia 6 de abril, e desde então a categoria espera a implantação pelo governo do Estado, que não diz como nem quando vai pagar”, diz.

O piso estipulado pelo MEC (Ministério da Educação) é de R\$1.187,08, mas a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) defende o piso de R\$ 1.597,87, que inclui os reajustes do período. “Demos prazo até hoje para propostas e não recebemos nada. O governo está fora da lei. Pode sair greve, porque estamos exigindo nossos direitos por lei”, afirma Janete. A

categoria fez a primeira paralisação neste ano no dia 7 de abril, mas decidiu voltar à atividade. A última greve aconteceu em 2008, quando houve a incorporação de abonos salariais e prêmios. “Os profissionais estão desvalorizados. Queremos o piso para que todos tenham o merecimento pela progressão. Abonos não incidem em plano de carreira”, diz.



Sem resposta. Profissionais ansiosos por definição


R\$ 1.597
 Seria o piso nacional com os reajustes aplicados desde 2009, data da criação da lei



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 11/05/2011
Assunto: Estado garante piso nacional		Página: 7

Professores da Simão Hess abrem onda de protesto em Florianópolis

“
A
insegurança
entre os
professores
é grande.”

”
**DÉBORA DE
ANDRADE,**
PROFESSORA DA
REDE ESTADUAL

As escolas estaduais ontem fizeram aulas de 30 minutos para discutir os assuntos que serão tratados em assembleia hoje. Os professores da Escola Estadual Simão José Hess, na Trindade, aproveitaram para fazer uma manifestação durante a manhã e à tarde, com o intuito de mostrar à população as reivindicações da categoria.

“Queremos que a comunidade saiba o que está acontecendo. Além da questão do piso, nossa escola tem problemas diversos. Mais de 80% dos professores são ACTs (Admitido em Caráter Temporário), falta giz e até papel higiênico”, diz Maycon Maciel, um dos professores da escola.

Segundo Débora de Andrade, outra professora da instituição, a categoria está ansiosa por não ter uma resposta do governo quanto à implantação do piso. “Ouvimos diversas especulações e esperamos um pronunciamento. A insegurança é grande entre os professores e cogita-se diversos movimentos. Se a assembleia decidir greve, nós vamos aderir”, diz.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 11/5/11
Assunto: Diversos		Página: 3

A educação ameaçada

Jules Michelet, famoso filósofo e historiador francês do século 19, imortalizou sua obra pelo método crítico, investigativo e pitoresco de reescrever a história. Era um apaixonado pelo ensino e pela pesquisa acadêmica e científica. Entre suas obras mais conhecidas desponta *Joana d'Arc*. Foi pioneiro em resgatar a verdadeira história da heroína francesa e a força da religiosidade popular, com críticas ao autoritarismo da Igreja na França. É célebre seu pensamento sobre os governos: "Qual a primeira prioridade da política? A educação. E a segunda? A educação. E a terceira? A educação!"

Raimundo Colombo foi eleito governador dos catarinenses já no primeiro turno com três prioridades: saúde, segurança e educação. Recebeu algumas heranças pesadas que só agora estão aflorando com vigor. Uma delas está justamente na área da educação. Os professores queixando-se amargamente dos salários defasados e agora cobrando a aplicação efetiva do piso nacional de salário, aprovado por lei federal de 2008, contestado na Justiça por vários governadores, incluindo Luiz Henrique, e agora convalidado pelo Supremo Tribunal Federal. A coordenadora do Sinte, professora Alvet Bedin, informa que os professores não abrem mão do piso. Não se trata, agora, de mais uma mobilização política em torno de uma bandeira salarial. Trata-se do cumprimento da lei federal.

Os integrantes do magistério estadual chegam hoje a Florianópolis com mais gás e uma motivação que nunca houve em assembleias anteriores. A partir das 14h, cerca de 6 mil professores de todas as 30 regiões do Sinte estarão decidindo sobre seu futuro e, também, sobre a educação mantida pelo governo em SC.

IMPASSE

A professora Alvet Bedin recebeu a informação do secretário Marco Tebaldi de que o governo Colombo vai pagar o piso. No primeiro momento, considerando o conjunto da remuneração, o que inclui o salário básico, abonos e gratificações por regência de classe. O Sinte rejeita, apegando-se à decisão do Supremo, entendendo que o piso equipara-se ao vencimento e não ao total da remuneração. Enfatiza que o básico, hoje, dos professores estaduais está em R\$ 607. E acrescenta que a média dos salários estaria em R\$ 900. Isto significa que, sendo real, milhares de professores estariam percebendo salário equivalente a uma faxineira, sem qualquer demérito para esta atividade profissional, que a cada ano fica mais valorizada. Uma faxina está custando hoje entre R\$ 80 e R\$ 120, dependendo da qualificação do contratado. Com cinco dias remunerados, tem-se salário total superior a R\$ 2 mil. Há outra controvérsia nas negociações entre o governo e os professores. Quando cogita de pagar o piso, a Secretaria da Educação menciona o valor fixado pelo MEC, hoje em R\$ 1.187. O Sinte defende o piso da Confederação Nacional (CNTE), que contabiliza índices de inflação, o que dá R\$ 1.597. O magistério pretende, também, que o pagamento seja na folha de maio, com efeito retroativo a 6 de abril.

O secretário Marco Tebaldi informou à diretoria do Sinte que o governo tinha uma proposta. Os líderes sindicais pediram que ela fosse formalizada. Será submetida hoje aos professores.

O resultado da assembleia estadual é imprevisível. Vai depender dos termos oficiais da proposta do governo. Deliberação histórica e delicada. Há anos que os professores reivindicam – sem sucesso – a incorporação dos abonos pagos no governo Luiz Henrique a seus salários. Pela primeira vez, eles chegam à reunião decisiva com posição unânime das 30 assembleias regionais. E o nível de consciência sobre a importância da decisão do Supremo alastrou-se sobre todo o magistério. O futuro da educação está ameaçado com os salários atuais. E poderá entrar em novos conflitos se a proposta oficial frustrar os professores.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.joinville	Data: 11/05/2011
Assunto: Professores estaduais param hoje		Página: 11

Mobilização Professores estaduais param hoje

Pelo menos 300 professores da região de Joinville deverão aderir ao Dia de Mobilização Nacional pela Educação, movimento organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que ocorre hoje em Florianópolis. O principal pedido, que acontece em todo o Brasil, é para que os Estados passem a pagar o piso nacional.

Segundo a coordenadora regional do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte/Joinville), Clarice Erhardt, a greve não está descartada se o governo não atender à reivindicação. O Sinte pede que o piso do professor seja de R\$ 1.597,00, possibilidade já descartada pela Secretaria Estadual de Educação.

A gerente regional de Educação, Heliete Steingraber, garante que nenhum aluno será dispensado por causa da mobilização. “Nos programamos para atender todos, quem estiver disponível na escola vai atender às crianças. Vamos passar vídeos educacionais, mantê-las em sala de aula”, afirma a gerente.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 11/5/11
Assunto: Estado vai pagar o piso nacional		Página: Online

MAGISTÉRIO

Estado vai pagar o piso nacional

Mais de 8 mil profissionais terão reajuste a partir de maio

FLORIANÓPOLIS - O governo do Estado vai pagar o piso nacional, de R\$ 1.187 valor resultante da soma do salário base e gratificações para os 8.880 professores de Santa Catarina que recebem abaixo desta quantia hoje. O novo valor virá na folha de maio. A decisão desagradou o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte), que exige o novo valor do piso como salário base, sem a soma de abonos, conforme prevê a Lei Nacional do Piso.

Desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a lei constitucional, em abril – derrubando uma ação assinada por SC e mais quatro estados que contestava a sua validade – o governo tem sido pressionado a pagar o piso. Os trabalhadores deram até hoje como prazo para que uma proposta fosse apresentada.

A justificativa do secretário de Educação, Marco Tebaldi, para continuar considerando piso o total da remuneração, e não como salário base, foi de que o governo aguarda a publicação do acórdão do STF no Diário Oficial de Justiça.

– Sem publicação, ficamos sem os detalhes da decisão e não sabemos de que maneira proceder daqui para frente. Também nos falta uma análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado – argumentou.

O aumento da remuneração para os 8.880 vai acarretar em R\$ 15 milhões de despesas a mais por ano. Nada muda para quem recebia a mais do que isso. A rede catarinense tem cerca de 63,7 mil docentes entre ativos e inativos. O secretário ainda pediu calma aos professores, porque o Estado está disposto a pagar o piso e só aguarda a divulgação do acórdão.

A coordenadora geral do Sinte, Alvetete Bedin, reafirmou que a categoria não abre mão da implantação imediata do piso, que precisa ser no valor que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação calculou ser o correto: R\$ 1.597,87 (incluído um reajuste de 2009 que não teria sido concedido até agora). Alvetete adiantou que com essa proposta do Estado, o indicativo de greve deve ser votado hoje.



CLIPPING

Veículo: Clic RBS	Editoria: Educação	Data: 11/5/11
Assunto: Mais de 5 mil professores são esperados para assembleia sobre o piso nacional em Florianópolis		Página: Online

Educação | 11/05/2011 | 06h20min

Mais de 5 mil professores são esperados para assembleia sobre piso nacional em Florianópolis

Apenas do Oeste e Meio-Oeste de Santa Catarina são esperados cerca de 2 mil professores

Está marcado para esta quarta-feira o **Dia de Mobilização Nacional pela Educação, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)** e, por isso, muitas escolas estaduais de Santa Catarina podem ter as aulas comprometidas.

O evento é um **apelo para que todos os estados brasileiros cumpram o piso nacional do professor**. Trabalhadores de todas as regiões do Estado vão se reunir em Florianópolis para uma assembleia, às 14h no CentroSul, onde podem decidir por uma greve na rede estadual. A coordenadora geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte), Alvette Bedin, espera a participação de cerca de 5 mil professores do interior do Estado.

— Fizemos um levantamento dos ônibus que estão vindo para cá. Nem contamos os professores da Grande Florianópolis. Já consideramos essa a maior assembleia dos últimos 20 anos — ressaltou.

Do Oeste e Meio-Oeste do Estado são esperados cerca de 2 mil professores. De acordo com o coordenador do Sinte da regional de Chapecó, Cléber Ceccon, somente do município partiram três ônibus, na terça à noite, e mais um do município vizinho de Coronel Freitas.

— Temos dois ônibus de Xanxerê, dois a três Maravilha, outros de São Miguel do Oeste e Curitiba. O pessoal está bem motivado — calculou.

De Joinville e região, são esperados cerca de 300 profissionais. Segundo a coordenadora regional do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte/Joinville), Clarice Erhardt, pelo menos seis ônibus viajam na manhã de hoje para Florianópolis.

— Não descartamos a hipótese de greve. A possibilidade disso acontecer, se o governo não atender as nossas exigências, é grande — comentou Clarice.

Para os alunos não serem prejudicados, os professores que pararem deverão repor o conteúdo, conforme ficou acordado com a Secretaria de Estado da Educação.

DIÁRIO CATARINENSE

CNTE**Clipping****10/05/2011 - Protesto deixa escolas estaduais sem aulas**

• Data: 10/05/2011
• Veículo: DIÁRIO DA MANHÃ ONLINE - GO
• Editoria: CIDADES
• Assunto principal: CNTE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

da redação

Todas as escolas da rede estadual e de algumas redes municipais de Goiás estarão fechadas hoje, para participar da Semana Nacional de Mobilização pela Educação. O objetivo da manifestação é cobrar dos gestores públicos o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), conforme a Lei do Piso (Lei Federal 11.738/08).

O ponto alto da semana de mobilização é a paralisação de hoje. Além da rede estadual, todas as redes municipais onde a prefeitura não paga o piso também interromperão as atividades. Poucos municípios no Estado cumprem a lei federal e pagam o piso de R\$ 1.187, conforme sugestão do ministério da Educação (MEC). Na rede estadual, o piso é de R\$ 1.006. Em Goiânia, o piso foi reajustado para R\$ 1.273. Além disso, já na esfera nacional, o Sintego, junto com todas as 41 entidades representativas dos trabalhadores em educação filiadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), cobra dos parlamentares do Congresso Nacional a aprovação ainda este ano do Plano Nacional de Educação (PNE). Uma das propostas dos trabalhadores em Educação ao PNE é que sejam destinados 10% do PIB à educação pública até 2014, e não apenas 7% até 2020, como proposto pelo MEC.

Os trabalhadores em educação tiveram uma importante conquista no começo de abril, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela constitucionalidade da Lei do Piso do magistério e considerou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.167. O julgamento colocou fim às desculpas dos gestores públicos para não aplicarem a lei. Os trabalhadores se reunirão em frente ao Fórum de Goiânia, na Avenida Assis Chateaubriand, 195, no Setor Oeste, próximo ao Bosque dos Buritis, a partir das 9h. De lá, o grupo parte em direção ao Palácio Pedro Ludovico, na Praça Cívica.

O Sintego vai promover uma aula de cidadania em frente ao Fórum (na entrada pela Avenida Assis Chateaubriand) hoje, nos mesmos moldes da realizada no dia 28 de abril em frente ao Palácio Pedro Ludovico. Haverá carteiras escolares para trabalhadores e pedestres sentarem e acompanharem a aula. Trabalhadores com máscaras das principais autoridades políticas do Estado com poder de decisão sobre a área da educação pública, bolo de aniversário para o mandato de segurança impetrado pelo sindicato há dois anos, que até agora não avançou na Justiça, e dezenas de balões serão jogados em frente ao TJ em protesto contra a demora no julgamento das ações em favor da educação. O Sintego vai aproveitar

a manifestação para cobrar do Estado a data-base dos professores e dos funcionários administrativos da educação, que é agora em maio.

Em respeito ao direito dos trabalhadores em educação de participarem de manifestação e paralisação marcada para hoje, comandada pelo sindicato da categoria, a Secretaria de Estado da Educação aproveita a oportunidade para informar que as unidades de ensino da rede estadual que paralisarem suas atividades neste dia deverão apresentar plano de reposição de aulas à respectiva subsecretaria.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 11/5/11
Assunto: Um plano para erradicar o analfabetismo até 2020		Página: 26

DESAFIO EM EDUCAÇÃO

Um plano para erradicar o analfabetismo até 2020

Projeto de lei estabelece 20 metas para mudar cenário educacional no país em quase uma década

São Paulo
ÂNGELA RAVAZZOLO*

O Plano Nacional de Educação, projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados, estabelece 20 metas a cumprir até 2020 – entre elas, erradicar o analfabetismo e aumentar o investimento no setor, até alcançar o índice de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

O X da educação

Em um encontro promovido pelo movimento Todos pela Educação, em São Paulo, representantes do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Educação e especialistas discutiram os prós e os contras do plano. O projeto, que reúne objetivos relacionados ao desenvolvimento dos alunos, à formação de professores e ao financiamento da educação está sendo

discutido em uma comissão especial da Câmara. A estimativa é de que seja aprovado até o fim deste ano.

Entre as metas, estão oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica e universalizar o atendimento escolar para estudantes com deficiência, transtornos de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Mais quantidade, menos qualidade

Para Ricardo Martins, cientista econômico membro da Comissão Técnica do Todos pela Educação, o plano dá ênfase maior à quantidade e deveria dar mais atenção à qualidade.

– Há alta um diagnóstico da educação brasileira no plano e ainda uma estimativa de custos que mostre como a sociedade vai repartir essa responsabilidade. Estamos em um momento em que, mais do que o direito de acesso à

educação, o importante é o direito de aprender, o direito da qualidade – diz.

O presidente do Conselho Nacional de Educação, Antonio Carlos Ronca, elogiou o avanço do projeto em relação ao anterior, mas criticou o índice de 7% do PIB:

– O plano atual é melhor do que o anterior, mas falta clareza na meta em relação ao PIB. Não está sinalizada a urgência da educação. Falta dizer quanto vamos investir, dar uma arrancada.

Carlos Abicalil, secretário de Educação Especial do MEC, salientou a importância de o novo plano colocar em seu texto a estratégia de confrontar os resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) com a média dos resultados em matemática, leitura e ciências das provas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa).

* Ângela Ravazzolo viajou a São Paulo a convite do Movimento Todos Pela Educação

No papel

Alguns objetivos do plano

- **Universalizar, até 2016**, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.
- **Universalizar o Ensino Fundamental** de nove anos para toda população de seis a 14 anos.

- **Universalizar, até 2016**, a escola para a população de 15 a 17 anos.
- **Alfabetizar todas** as crianças até, no máximo, oito anos de idade.
- **Oferecer educação** em tempo integral em 50% das escolas públicas de Educação Básica.
- **Elevar a qualidade** da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de Educação Superior para 75%; no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.portal	Data: 11/05/2011
Assunto: Governo troca piso por abono		Página: 11

Tebaldi diz que Caetano será diretor

Na noite de ontem, o secretário Marco Tebaldi (Educação) anunciou que Carlos Caetano será o novo diretor-geral da SDR de Joinville. O ex-prefeito de Joinville também informou que Ciro Harger e Jair Raul da Costa (Bujica) ocuparão gerências na secretaria.

Em parceria

Em São Paulo, a Secretaria Estadual de Educação começou a credenciar instituições particulares para ampliar a oferta de ensino técnico. É a compra de mais bolsas para alunos do ensino médio – já há parceria com um grupo reduzido de entidades.

Aqui também

Como o governo Colombo vê em SP modelo na área educacional, Santa Catarina logo deve começar a fazer o mesmo. Marco Tebaldi diz que a Educação quer ampliar de 16% para 40% o índice de estudantes cursando ensino técnico.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 11/05/2011
Assunto: Diversos		Página: 2

Questionamento

"Há pouco tempo o Ministério Público apontou casos preocupantes nos municípios de Jaraguá do Sul e Palhoça. A terceirização da alimentação escolar, pelos exemplos que temos, aumenta custos e compromete a qualidade", observou o deputado Padre Pedro Baldissera, que possui um projeto tramitando na Assembléia desde 2007 destinando 50% dos recursos da merenda escolar para as instituições de educação a fim de que comprem de empresas e agricultores locais, garantindo fiscalização e produtos de qualidade e frescos. O parlamentar do PT questiona a terceirização da merenda escolar.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 11/5/11
Assunto: Comissão de Educação vai investigar fraudes na merenda escolar		Página: online

Comissão de Educação vai investigar fraudes na merenda escolar

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou, em reunião na terça-feira (10), três requerimentos apresentados pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) relacionados a denúncia do programa Fantástico, da TV Globo, sobre problemas na merenda escolar distribuída em escolas públicas do país. Reportagem veiculada no último domingo (8) mostrou casos de falta de alimentos e de oferta de comida de má qualidade e até estragada a alunos de cinco estados.

Os repórteres do Fantástico visitaram mais de 50 escolas públicas na Bahia, Goiás, Paraíba, Rio Grande do Norte e São Paulo. A matéria apontou a corrupção como uma das causas dos problemas na alimentação escolar e citou empresas que atuam no setor investigadas pelo Ministério Público por fraudes como direcionamento de licitações.

De acordo com a Agência Senado, o primeiro requerimento, dirigido ao Ministério da Educação (MEC), pede informações sobre número de municípios atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2010, bem como os recursos repassados. Também são solicitados dados sobre a previsão do programa para 2011; a instalação dos Conselhos de Alimentação Escolar nos estados e municípios; e a atuação de nutricionistas e dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar.

Em requerimento destinado à Controladoria-Geral da União (CGU), mencionada na reportagem do Fantástico, são solicitadas informações detalhadas sobre as auditorias realizadas pelo órgão no âmbito do PNAE. O terceiro requerimento pede ao Tribunal de Contas da União (TCU) que promova uma auditoria especial no PNAE.



Na justificativa dos requerimentos, Marisa Serrano diz que a merenda escolar está sendo tratada como lixo, "sem qualidade, sem supervisão, sem punição". A senadora questiona a atuação dos órgãos responsáveis pela execução do PNAE, dos Conselhos de Alimentação Escolar e dos nutricionistas que deveriam controlar a qualidade dos alimentos oferecidos aos estudantes.

Também em reação à reportagem do Fantástico, o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) informou na segunda-feira (9) que apresentaria requerimento à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para realização de audiência pública sobre o assunto. O senador quer ouvir, entre outras autoridades, o ministro da Educação, Fernando Haddad, e o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Daniel Silva Balaban.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 11/5/11
Assunto: Educação financeira nas escolas já mostra resultados		Página: online

Educação financeira nas escolas já mostra resultados

O ensino de educação financeira nas escolas pode ajudar o país a aumentar a poupança interna e a combater a inflação. É o que avaliam pesquisadores do Banco Mundial (Bird) que divulgaram na segunda-feira (9) resultados preliminares de um projeto desenvolvido em 450 escolas estaduais do Ceará, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Tocantins e do Distrito Federal.

De acordo com a Agência Brasil, nos primeiros seis meses de curso, o Bird constatou que os alunos passaram a poupar mais e a organizar melhor as compras. O percentual dos estudantes que faziam poupança antes do programa, que se estenderá até o fim do ano passou de 44% para 49%, entre agosto e dezembro de 2010. Já os que faziam lista de compras passou de 13% para 16%.

Segundo o especialista do banco Rogeli Marchetti, o resultado chama atenção porque a mudança de comportamento nos cerca de 12 mil estudantes que participam do programa Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) ocorreu em apenas seis meses, um prazo considerado curto. "O resultado também é positivo quando comparado com escolas que não receberam as aulas [de finanças pessoais]", acrescentou.

O Bird continuará a avaliar o aprendizado dos estudantes até o fim do projeto e pensa, inclusive, em acompanhá-los no mercado de trabalho, por meio do número do CPF. Para os pesquisadores, o comportamento dos jovens no longo prazo permitirá comprovar como a educação financeira pode se refletir em dados macroeconômicos.

"Dentro do país isso tem relevância, principalmente, no contexto de crescimento da classe média, que está entrando no mercado e precisa entender os produtos financeiros", afirmou Rogeli Marchetti. Com esses conhecimentos, o Bird avalia que a classe média pode impulsionar um "ciclo virtuoso" na economia, com incentivo à poupança e à redução do consumo.



Os pesquisadores também esperam que os jovens influenciem o planejamento financeiro familiar, acelerando o processo de educação financeira na população. Por isso, o Banco Central e o Ministério da Educação (MEC), dentre os organizadores do programa, já discutem como ampliar a iniciativa para outras escolas, por meio de uma comissão com mais três ministérios.

Durante apresentação da pesquisa, o representante do MEC Sergio Jamal Gotti disse que o grande desafio é envolver as redes de ensino. "Não há intenção de criar uma disciplina separada", disse. Porém, acrescentou que estratégias como criação de páginas na internet e de material didático próprio podem ser usadas para chamar a atenção de professores e gestores.

As aulas de educação financeira em turmas do segundo ano do ensino médio de 450 escolas integram o projeto piloto do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em parceria com o Bird, o MEC e o Unibanco.

Clipping

CNTE

10/05/2011 - Investimento é a meta mais discutido novo Plano Nacional de Educação

✧ Data: 10/05/2011
✧ Veículo: R7
✧ Editoria:
✧ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
ENSINO SUPERIOR
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Projeto está em tramitação na Câmara dos Deputados e pode ser votado ainda neste ano

Do R7

WEBER SIAN - 05.07.2010/A CIDADE/AE

O PNE que tem 20 metas e outras 182 estratégias para a educação brasileira deve ser votado ainda esse ano

Publicidade

São 20 as metas para o segundo PNE (Plano Nacional de Educação), porém a mais discutida até agora é a de elevar o investimento do país na área de 5% para 7% do PIB (Produto Interno Bruto)- a vigésima e última da lista.

Em um debate realizado na manhã desta terça-feira (10) pela ONG Todos Pela Educação, em São Paulo, especialistas mostraram que o foco deste plano é a qualidade do ensino e, para isso, é preciso maior investimento.

Para Carlos Abicalil, secretário de educação especial do MEC (Ministério da Educação), "a atenção maior sobre essa meta é uma consideração de que a sociedade percebe que é preciso mais investimento".

- Isso já é um ganho frente ao plano anterior, quando o senso comum [durante os debates] dizia que havia apenas problemas de gestão. Hoje temos consciência de que é necessário mais dinheiro público ao lado da eficiência dos gastos.

E, para a consequência seja positiva, aponta Abicalil, "essa eficiência não pode ser medida apenas por um conceito reduzido de resultados, mas também de processos e procedimentos de gestão, de educação propriamente dita e de formação dos quadros profissionais que atuam na área, de participação da sociedade e, do controle do gestor".

O presidente do CNE (Conselho Nacional de Educação), Antonio Carlos Ronca, diz "não gostar da meta 20". O motivo, diz ele, "é a falta de uma sinalização clara de quanto será o valor inicial a até onde ele pode chegar".

- Por que não 10%? Sabemos que a educação é o fator mais importante para

mudar a estrutura social desigual do país e que cada R\$ 1 investido em educação representa R\$ 1,85 no PIB. Por isso acho o texto tímido; precisa de mais clareza.

Ronca defende a educação integrada das três pontas: União, Estados e municípios. Mas antes aponta para a necessidade de um investimento maior da União, "já que os a maior parte dos municípios sobrevivem do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

De acordo com ele, o MEC possui recursos para que professores da rede pública possam fazer cursos de especialização e assim melhor a qualidade do ensino. As universidades são abertas e contratam educadores para que isso aconteça, "mas os Estados não autorizam", diz.

Sem essa integração, diz Cleuza Repulho, secretária municipal de educação de São Bernardo pela Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), "nenhuma das vinte metas propostas será cumprida". Ricardo Martins, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, compara o investimento da Coreia no setor educacional.

- Foi necessário investir quase 8% do PIB por um tempo para hoje voltar aos 4%. Mas os resultados vieram.

E é preciso ser rápido e tomar cuidado com a janela demográfica, diz Mozart Neves Ramos, conselheiro do Todos Pela Educação. Com a melhora da qualidade de vida no Brasil e o envelhecimento da população, é preciso investir na criança de hoje para ter mão de obra qualificada para sustentar a população acima dos 60 anos daqui 15,20 anos, avalia ele.

- O Brasil investe R\$ 2.940 por aluno da educação básica por ano. Países da América Latina, como Argentina e Chile, investem R\$ 3.600. Com [investimento de] 7% do PIB até 2014 chegaremos perto desse valor, com cerca de R\$ 3.800 aluno/ano.

PNE

O projeto com as 20 metas mais 182 estratégias para o novo PNE está em tramitação da Câmara dos Deputados. O esforço do setor é para que ele seja votado ainda neste ano e, assim, entre em vigor a partir de 2012, já que seu período é decenal e marcado para 2011-2020.

Alfabetizar toda criança até, no máximo, os 8 anos de idade e universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda população de 15 a 16 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária, são algumas das propostas do projeto.

Clipping

CNTE

Incentivo financeiro à alfabetização de maior de 15 anos passa na CAE

› Data: 11/05/2011
› Veículo: JORNAL DO SENADO-DF
› Editoria: COMISSÕES
› Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Pessoas com idade superior a 15 anos poderão receber incentivo financeiro para frequentar curso de alfabetização, conforme projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta (PLS 117/06), de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), será examinada terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Relatado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o projeto autoriza a União a criar o programa Incentivo-Alfa para estimular a alfabetização.

O pagamento do incentivo, no valor mínimo de R\$ 350, será efetuado somente à pessoa que concluir o curso de alfabetização com capacidade de ler e escrever. Para habilitar-se ao recebimento do incentivo, o candidato deverá ter cumprido pelo menos três meses de curso, com frequência superior a 85% das aulas.

Pedidos de vista adiaram para a próxima reunião da CAE, no dia 17, a votação de várias matérias, como o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 93/10, que dispõe sobre a substituição de alimentos não saudáveis nas escolas de educação infantil e de ensino fundamental.

Ferrovias

A comissão aprovou também requerimentos de audiências públicas, como a destinada a discutir a falta de concorrência no transporte ferroviário. Por sugestão dos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), devem ser convidados representantes de usuários, de agência reguladora e de prestadores de serviços.

Por iniciativa da senadora Ana Amélia (PP-RS), a CAE deve realizar audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para debater os preços dos combustíveis.

Outro requerimento aprovado prevê a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) a fim de discutir a situação do tráfego aéreo no país.

Também foi aprovada pela comissão a realização de audiência pública com a presença de vários governadores para analisar as alíquotas de ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados.

Sugerida pelos senadores Cyro Miranda (PSDB-GO) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a audiência dará continuidade à discussão do projeto de resolução do Senado (PRS 72/10), de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Clipping

CNTE

10/05/2011 - Comissão de Educação vai investigar fraudes na merenda escolar

✧ Data: 10/05/2011
✧ Veículo: ALÔ BRASÍLIA ONLINE - DF
✧ Editoria: POLÍTICA
✧ Assunto principal: FNDE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

10/05/2011 16h52

J. FREITAS

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou, em reunião nesta terça-feira (10), três requerimentos apresentados pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) relacionados a denúncia do programa Fantástico, da TV Globo, sobre problemas na merenda escolar distribuída em escolas públicas do país. Reportagem veiculada no último domingo (8) mostrou casos de falta de alimentos e de oferta de comida de má qualidade e até estragada a alunos de cinco estados.

Os repórteres do Fantástico visitaram mais de 50 escolas públicas na Bahia, Goiás, Paraíba, Rio Grande do Norte e São Paulo. A matéria apontou a corrupção como uma das causas dos problemas na alimentação escolar e citou empresas que atuam no setor investigadas pelo Ministério Público por fraudes como direcionamento de licitações.

O primeiro requerimento, dirigido ao Ministério da Educação, pede informações sobre número de municípios atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2010, bem como os recursos repassados. Também são solicitados dados sobre a previsão do programa para 2011; a instalação dos Conselhos de Alimentação Escolar nos estados e municípios; e a atuação de nutricionistas e dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar.

Em requerimento destinado à Controladoria-Geral da União (CGU), mencionada na reportagem do Fantástico, são solicitadas informações detalhadas sobre as auditorias realizadas pelo órgão no âmbito do PNAE. O terceiro requerimento pede ao Tribunal de Contas da União (TCU) que promova uma auditoria especial no PNAE.

Na justificativa dos requerimentos, Marisa Serrano diz que a merenda escolar está sendo tratada como lixo, "sem qualidade, sem supervisão, sem punição". A senadora questiona a atuação dos órgãos responsáveis pela execução do PNAE, dos Conselhos de Alimentação Escolar e dos nutricionistas que deveriam controlar a qualidade dos alimentos oferecidos aos estudantes.

Também em reação à reportagem do Fantástico, o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) informou na segunda-feira (9) que apresentaria requerimento à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

(CMA) para realização de audiência pública sobre o assunto. O senador quer ouvir, entre outras autoridades, o ministro da Educação, Fernando Haddad, e o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Daniel Silva Balaban.

Agência Senado

Clipping

CNTE

10/05/2011 - Plano de Educação vai exigir união entre governos, dizem especialistas

› Data: 10/05/2011
› Veículo: OLHARDIRETO.COM.BR
› Editoria:
› Assunto principal: ENSINO SUPERIOR
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Educadores apontam que para que o Plano Nacional de Educação (PNE) seja cumprido é necessário oficializar o regime de colaboração entre governos municipais, estaduais e o governo federal. O plano tramita na Câmara dos Deputados, e a previsão mais otimista é de que seja sancionado até novembro deste ano. O Plano Nacional de Educação tem validade de dez anos e possui 20 metas que funcionam como diretrizes para todas as modalidades da educação brasileira. Entre elas estão a de alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos; implementar educação em tempo integral em metade das escolas públicas de educação básica; além de ampliar o investimento público em educação de 5% para 7% do produto interno bruto (PIB) do Brasil. O assunto foi debatido nesta terça-feira (10) na sede da ONG Todos pela Educação, em São Paulo, entre educadores e integrantes do movimento. O presidente do Conselho Nacional de Educação, Antonio Carlos Ronca, afirmou se não houver um 'pacto' entre municípios, estados e união, o plano vai avançar muito pouco. "Este regime de colaboração tem de ser determinado por lei. O PNE tem de ser um aporte para uma lei complementar. Mesmo porque cerca de 75% dos municípios brasileiros dependem de repasses do fundo de participação e do Fundeb." Ronca disse que o Brasil não tem tradição de trabalhar em parceria com as diferentes esferas de poder. "o MEC tem recursos, as universidades têm propostas, mas muitos estados não permitem que professores façam cursos." Para Cleuza Repulho, secretária municipal de Educação de São Bernardo, reforça a necessidade do regime de colaboração funcionar. "Sem isso será inviável conseguir cumprir qualquer meta, já que as crianças são brasileiras antes de ser de um estado ou município." Para Cleuza, que também preside a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), outra dificuldade é que maior parte dos secretários não são gestores plenos e não podem gerir os recursos destinados à pasta. Nos dias 19 e 20 de maio, o Conselho Nacional de Educação promoverá um seminário sobre o Plano Nacional da Educação em Brasília.

Clipping

CNTE**10/05/2011 - Deputado critica "kit gay", mas é contra homofobia**

✧ Data: 10/05/2011
✧ Veículo: R7
✧ Editoria:
✧ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Ronaldo Fonseca (PR-DF) defende a inclusão de outros grupos que sofrem bullying

Renan Ramalho, do R7, em Brasília

Publicidade

Mesmo admitindo não conhecer todo o material do kit anti-homofobia, o deputado federal Ronaldo Fonseca (PR-DF) é contra sua distribuição a escolas pelo governo.

Leia também: Kit anti-homofobia vai chegar a 6.000 escolas Kit tem vídeo sobre travesti adolescente; veja mais Deputado ex-BBB afirma que material é a favor da vida Teste: o quanto você sabe sobre a união civil gay?

Fonseca sustenta que eles "incentivam a homossexualidade" em crianças e adolescentes que ainda estão formando seu caráter e personalidade.

O deputado se diz a favor do combate à homofobia entre os estudantes, mas discorda da "metodologia" proposta pelo MEC (Ministério da Educação).

Leia trechos da entrevista dada ao R7.

R7 - Por que o senhor é contra o kit anti-homofobia?

Ronaldo Fonseca (PR-DF) - Meu objetivo é impedir que esse material vá para as mãos das crianças, porque ele faz uma apologia à homossexualidade, dizendo que é para combater a homofobia. O preconceito, a discriminação, o bullying na escola, a gente se preocupa com isso, mas a maneira como eles estão querendo fazer não é mais correta.

Ensinar a "conviver com a diversidade" colocando na mão de crianças de 5 a 10 anos de idade vídeos em que um menino aparece querendo namorar outro menino homossexual [o vídeo Probabilidades]? Quer dizer: no que isso vai ajudar a criança? Vai bagunçar a cabeça dela, ainda mais num momento de formação do caráter, da personalidade.

R7 - O Ministério da Educação informa que será exibido só para alunos de 14 a 18 anos, portanto para adolescentes do ensino médio.

Fonseca - [o MEC] está mudando, porque na apresentação do material [constava que] era de 5 a 10 anos de idade. Mas do mesmo jeito: 15 anos? Adolescente, que é a fase da curiosidade, da aventura, da formação.

R7 - O sr. acha que um adolescente pode ser induzido a se aventurar em práticas homossexuais com os vídeos?

Fonseca - Por que não? Os meninos [dos vídeos] estão ali como artistas. Já tem o incentivo das novelas. E não é só questão do incentivo, é questão da apologia de algo que não é natural. É fazer defesa de uma prática que não condiz com os bons costumes.

R7 - Mas o sr. não acha que a homofobia é um problema sério nas escolas?

Fonseca - Entendo que a preocupação do Ministério da Educação é legítima. Devemos discutir o que fazer. A metodologia está equivocada.

R7 - Como o bullying e a homofobia devem ser combatidos?

Fonseca - Qualquer tipo de discriminação ou preconceito, de criança ou adulto, tem que ser combatido pela sociedade. Nós não podemos admitir. Agora, o governo federal tem a prerrogativa de fazer uma campanha publicitária, de nível nacional, contra a discriminação ou preconceito de qualquer diferença: do negro, do homossexual, do índio...

R7 - Uma campanha contra o preconceito ao homossexual também?

Fonseca - Sim, claro! Por que não? Uma campanha publicitária, uma cartilha para as crianças ensinando a conviver com a diversidade. Agora, por que só homossexual? E os deficientes físicos? Por que concentra só nisso? E as outras minorias? Construir uma escola de respeito, de consideração, sem qualquer forma de discriminação, eu acho legal. O Brasil precisa disso e está preparado para isso.

R7 - O homossexual deve ser tratamento diferenciado numa escola?

Fonseca - Os próprios educadores, a própria escola têm que falar de diversidade de gênero no Brasil. Por que não? Nós não ensinamos na escola que racismo é errado? Por que não incluir os homossexuais? Não sou contra combater a discriminação. Agora, não mostrando que isso é uma prática bacana, aí é que está o grande problema.

R7 - Como o senhor vê, na Câmara, a aceitação ao kit?

Fonseca - Aqui não aceita. A Câmara representa a sociedade e a sociedade é conservadora. Ainda a sociedade não admite essa prática.

Veja as respostas certas do quiz



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 09/05/2011
Assunto: Ações contra o Enem serão julgadas pela Justiça do Maranhão, diz STJ		Página: online

Ações contra o Enem serão julgadas pela Justiça do Maranhão, diz STJ

Candidatos pediram na Justiça o acesso à correção das provas de 2010.

Caso havia sido suspenso em janeiro por liminar do próprio STJ.

Todas as ações questionando o Enem 2010 serão julgadas pela Justiça Federal no Maranhão. A decisão foi anunciada nesta terça-feira (10) pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Primeira Seção do STJ declarou o Juízo Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão competente para julgar seis ações civis públicas e uma ação cautelar preparatória que solicitam o acesso de estudantes à correção das provas discursivas da última edição do Exame Nacional do Ensino Médio.

A decisão foi tomada no julgamento de um conflito de competência apresentado pela União. A vara competente decidida pelo STJ, a do Maranhão, é o local onde foi ajuizada a primeira ação. Outras ações também foram ajuizadas no Ceará, Pernambuco e Minas Gerais contra a União e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

As ações pediam o acesso dos candidatos à correção das provas e a possibilidade de se recorrer das notas, com a inclusão desses direitos nos futuros editais. O caso tinha sido suspenso em janeiro pelo ministro Felix Fischer, vice-presidente do STJ, que concedeu liminar para suspender todas as ações e os efeitos das liminares anteriormente dadas nesses processos até o julgamento de mérito deste conflito de competência.

Segundo o MEC, o Inep deve lançar nos próximos dias o edital do Enem 2011.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 09/05/2011
Assunto: Embaixada dos EUA vai selecionar 35 estudantes de rede pública do Brasil		Página: online

Embaixada dos EUA vai selecionar 35 estudantes de rede pública do Brasil

Estão abertas as inscrições para programa de intercâmbio. Candidatos precisam ter fluência em inglês e bom desempenho escolar.

A embaixada dos Estados Unidos no Brasil abriu inscrições para um programa que vai selecionar 35 estudantes brasileiros da rede pública para um intercâmbio de três semanas naquele país. As inscrições poderão ser feitas até o dia 7 de agosto.

Para participar do programa Jovens Embaixadores, o estudante precisa ter bom desempenho escolar, histórico de trabalho voluntário em suas comunidades e boa fluência em inglês.

Após o intercâmbio, a embaixada oferece oportunidades de cursos de inglês de curta duração e de programas de graduação. O Programa Jovens Embaixadores foi criado no Brasil em 2002 e agora é replicado em 25 países. Desde o lançamento, 249 brasileiros da rede pública já participaram do programa.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 09/05/2011
Assunto: Plano de Educação vai exigir união entre governos, dizem especialistas		Página: online

Plano de Educação vai exigir união entre governos, dizem especialistas

Com 20 metas, plano nacional tramita na Câmara dos Deputados.

Plano prevê aumento de investimento de 5% para 7% do PIB.

Vanessa Fajardo Do G1, em São Paulo

Educadores apontam que para que o Plano Nacional de Educação (PNE) seja cumprido é necessário oficializar o regime de colaboração entre governos municipais, estaduais e o governo federal. O plano tramita na Câmara dos Deputados, e a previsão mais otimista é de que seja sancionado até novembro deste ano.

O Plano Nacional de Educação tem validade de dez anos e possui 20 metas que funcionam como diretrizes para todas as modalidades da educação brasileira. Entre elas estão a de alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos; implementar educação em tempo integral em metade das escolas públicas de educação básica; além de ampliar o investimento público em educação de 5% para 7% do produto interno bruto (PIB) do Brasil.

O assunto foi debatido nesta terça-feira (10) na sede da ONG Todos pela Educação, em São Paulo, entre educadores e integrantes do movimento.

O presidente do Conselho Nacional de Educação, Antonio Carlos Ronca, afirmou se não houver um 'pacto' entre municípios, estados e união, o plano vai avançar muito pouco. "Este regime de colaboração tem de ser determinado por lei. O PNE tem de ser um aporte para uma lei complementar. Mesmo porque cerca de 75% dos municípios brasileiros dependem de repasses do fundo de participação e do Fundeb."

Ronca disse que o Brasil não tem tradição de trabalhar em parceria com as diferentes esferas de poder. "O MEC tem recursos, as universidades têm propostas, mas muitos estados não permitem que professores façam cursos."

Para Cleuza Repulho, secretária municipal de Educação de São Bernardo, reforça a necessidade do regime de colaboração funcionar. "Sem isso será inviável conseguir cumprir qualquer meta, já que as crianças são brasileiras antes de ser de um estado ou município."



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

Para Cleuza, que também preside a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), outra dificuldade é que maior parte dos secretários não são gestores plenos e não podem gerir os recursos destinados à pasta.

Nos dias 19 e 20 de maio, o Conselho Nacional de Educação promoverá um seminário sobre o Plano Nacional da Educação em Brasília.